

O dossiê “Educação e Cooperação para o Desenvolvimento: perspectivas e desafios”, que integra o número 22 da revista *Africana Studia*, é constituído por um conjunto de artigos que resultam, na sua maioria, de comunicações apresentadas no âmbito do Colóquio Internacional «Cooperação e Educação para o Desenvolvimento: lições e desafios», realizado colaborativamente pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) e pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), em 14 e 15 de Março de 2013, apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A realização do Colóquio, tendo como objetivo central o repensar conceitos e modelos de cooperação para o desenvolvimento em educação, à luz de tendências dominantes atuais e de perspectivas de atores, contextos e agendas nacionais e locais, permitiu refletir criticamente sobre projetos e programas de cooperação e educação para o desenvolvimento, fomentando sinergias entre instituições e atores implicados na intervenção e investigação nestes domínios.

Os artigos que constituem este dossiê incidem sobre diferentes projetos e reflexões em torno de processos de educação, de participação e de desenvolvimento em diferentes países africanos de língua oficial portuguesa, bem como da educação para o desenvolvimento e da educação no âmbito da resposta humanitária em situações de emergência.

Numa época de grandes mudanças na arquitetura da cooperação para o desenvolvimento e num quadro atravessado por um processo de globalização hegemónica que tende a promover, fundamentalmente, uma racionalidade de natureza economicista, este dossiê constitui, assim, um interessante contributo para a necessária reflexão sobre modelos e mecanismos de cooperação em educação a partir não só da sistematização de experiências no terreno, mas também à luz de tendências internacionais que veiculam diversos modelos de atuação e novas abordagens de mudança em educação. Neste quadro, importa considerar a coexistência de diferentes lógicas e racionalidades no campo da cooperação, presentes em diferentes artigos, o que ressalta a importância de ouvir vozes que ilustram diversos discursos e práticas, colocando a tónica na criação conjunta de conhecimento sobre educação, cooperação e desenvolvimento que possa contribuir para iniciativas e projetos de intervenção verdadeiramente significativos para as comunidades em que se inscrevem.

Alexandre Furtado, no seu artigo “Educação, participação e desenvolvimento rural: o caso da Guiné Bissau”, dá conta do trabalho que a Fundação Educação e Desenvolvimento tem vindo a desenvolver, desde 2002, nas comunidades rurais da Guiné-Bissau, visando o apoio ao desenvolvimento comunitário, através da realização

e patrocínio de diferentes ações de carácter socioeducativo, científico, cultural e produtivo, em áreas como a educação básica e a educação para o desenvolvimento, a formação profissional, a saúde, a segurança alimentar, a produção agrícola e a pecuária. Partindo de uma análise de diferentes indicadores sociais, económicos, culturais e educativos que caracterizam a situação atual da Guiné Bissau, reconhece a importância que a educação, a formação e a investigação, equacionadas numa perspetiva multisectorial e integrada, podem desempenhar no desenvolvimento das zonas rurais e do país. Assumindo o desenvolvimento como um processo complexo, multidimensional e permanente, ressalta a importância do envolvimento e participação das comunidades locais, bem como do apoio de diferentes parceiros e da comunidade internacional em diversas áreas identificadas como prioritárias.

Maria Teresa Santos parte de um retrato da educação escolar nos últimos anos em países da África subsariana, com destaque para países de língua oficial portuguesa (Cabo Verde, Guiné-Bissau), relevando transformações no reforço do investimento económico em educação e no aumento do número de crianças e jovens que, tendencialmente, frequentam o sistema educativo por um maior período de tempo, não obstante um cenário regional onde milhões de crianças não chegam a frequentar ou abandonam muito precocemente a escola, para questionar “Porquê investir na Educação em países da África Subsariana?”. A autora coloca-nos perante a questão de saber o que tem mobilizado os países e doadores internacionais a suportar este investimento, fortemente associado a uma certa “solução mágica para o desenvolvimento”, conduzindo-nos à discussão sobre os “contributos da educação para o crescimento económico, para o retorno privado ao investimento, para a redução da pobreza e [...] para um conjunto de ganhos sociais”. A análise permite-lhe destacar as complexas mediações entre educação (suas políticas e modos de concretização), crescimento económico e mercado de trabalho e “os ganhos económicos, a nível macro e micro, na redução da pobreza e, também, ao nível de um conjunto de ganhos sociais”.

Numa perspetiva inspirada na abordagem do sistema-mundo e nas teorias pós-coloniais, a partir da tematização das articulações – paradoxais e tensas – entre globalização(ões) e sistemas educativos, **Rui da Silva** discute os modos como “agendas globalmente estruturadas” no campo da educação se refletem nos currículos e políticas curriculares de “países em desenvolvimento”. O autor realiza este trabalho a partir de uma análise de conteúdo, de “textos políticos” e de notas de terreno, centrada na compreensão do papel que desempenha, nesse processo, a cooperação internacional na Guiné-Bissau, por via das organizações transnacionais e supranacionais. A análise salienta a existência de influências diferenciadas das instâncias internacionais nos diversos níveis de ensino e de decisão curricular, associadas às diferentes naturezas dos documentos emanados, à diversidade de tipologias e de mandatos das instituições e às relações daquelas instâncias com o Estado nacional. O autor conclui pela coexistência de tendências para a homogeneização, “*retylerização*” e insularidade curriculares e do que parecem ser preocupações com a promoção de uma “organização curricular conetiva”, “onde as competências para a vida e a educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos têm uma forte presença”.

Júlio Santos, Rui da Silva e Carolina Mendes refletem sobre o programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau – PASEG II, promovido pelo Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau, em parceria com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, e com assessoria científica, técnica e pedagógica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. A partir da experiência desenvolvida, e reconhecendo o PASEG II enquanto programa transversal e complexo de Cooperação para o Desenvolvimento, possível resposta educativa contextualizada, num contexto de grande fragilidade, e como “uma aposta contínua na qualidade e inovação educativa na Guiné-Bissau”, os autores equacionam o contributo do programa para a resolução dos problemas da educação em situação de crise. Procurando analisar o Programa à luz de diferentes referentes teóricos sobre educação e desenvolvimento de capacidades em países frágeis, relevam as suas potencialidades no desenvolvimento e na luta contra a pobreza e como estratégia de implementação contextualizada de processos de melhoria da qualidade da educação na Guiné-Bissau, salientando, igualmente, a importância do ensino da língua portuguesa e do seu uso pela comunidade, em articulação com as línguas e culturas nacionais.

Carolina Mendes apresenta-nos uma primeira análise de alguns dados recolhidos no Centro de Formação Profissional de uma empresa de construção civil e obras públicas de Angola, no âmbito de uma investigação sobre o “Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) no setor privado”. Este Programa surge na sequência de diversos projetos de alfabetização que têm vindo a ser desenvolvidos, em Angola, por diferentes parceiros sociais e visa o envolvimento direto das “empresas públicas e privadas que no seu seio tenham trabalhadores analfabetos ou sub-escolarizados” na promoção das condições necessárias, nos locais de trabalho, para o aumento dos seus níveis de escolarização. O artigo procura dar conta do estudo realizado, refletindo sobre as metodologias implementadas, sobre os impactos da iniciativa, os públicos que abrange e as perceções destes sobre o processo que vivenciam e sobre as suas expectativas quanto aos resultados da alfabetização nas suas vidas, bem como sobre a importância da estratégia desenvolvida de criação de parcerias público privadas no campo da alfabetização de adultos para a concretização dos objetivos educacionais definidos a nível nacional e internacional.

O artigo “Introdução da Educação para o Desenvolvimento na Formação Inicial de Professores: uma experiência inovadora em Portugal”, da autoria de **La Salette Coelho, Carolina Mendes e Teresa Gonçalves**, apresenta a experiência de introdução de conteúdos de Educação para o Desenvolvimento num programa de formação inicial de professores, bem como uma reflexão desenvolvida a partir dessa ação. Partindo da sistematização realizada por Manuela Mesa (2000) acerca dos modos de desenvolvimento das práticas de Educação para o Desenvolvimento e de uma referência à instabilidade teórica de um conceito que articula duas conceções que são intrinsecamente polissémicas – a educação e o desenvolvimento –, as autoras apresentam o entendimento assumido no âmbito da experiência relatada, assumindo a centralidade da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento nesse mesmo entendimento. É então apresentada a forma como os conteúdos de Educação

para o Desenvolvimento – fortemente vinculados à conceção de Educação para Cidadania Global – foram introduzidos numa Unidade Curricular de Iniciação à Prática Profissional 3, tanto em termos da sua articulação com os objetivos de formação da mesma, como dos modos de desenvolvimento de cada uma das temáticas abordadas. O artigo apresenta ainda a avaliação realizada a esta experiência pelos diversos atores envolvidos (estudantes, professores cooperantes e escolas) e uma reflexão, desenvolvida pelas autoras, a partir desta mesma avaliação.

O artigo de **Andreia Soares e Kerstin Tebbe** – “Educação em Situações de Emergência, porquê?” – apresenta a INEE – Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência. Começando por clarificar e sistematizar o papel e importância da Educação enquanto resposta humanitária em situações de emergência, catástrofe e fragilidade, as autoras dão relevo à educação enquanto direito humano fundamental e enquanto ação de promoção de desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Tendo por base estas aceções, que fundamentam a criação e ação da INEE, o artigo apresenta os fundamentos da ação da rede, as suas formas de organização e operacionalização, a diversidade de ações e as iniciativas que tem vindo a tomar, dando assim conta da evolução da INEE desde 2000, data da sua criação no Fórum Mundial de Educação de Dakar.

O dossiê termina com uma entrevista a **Ana Cristina Pires Ferreira**, docente universitária em Cabo Verde. Nesta condensam-se muitos dos desafios e preocupações que hoje se colocam no campo da Educação, da Cooperação e do Desenvolvimento, e que pontuam o conjunto de artigos do dossiê. Num primeiro momento, encontramos uma reflexão marcadamente dialética sobre lógicas que o campo educativo pode assumir na sua relação com o(s) desenvolvimento(s) do país, bem como sobre a influência de “modelos viajantes”, veiculados por organizações internacionais, nas políticas educativas adotadas e nos seus processos de recontextualização local. O segundo momento da entrevista centra-se nas realidades e desafios políticos do ensino superior em Cabo Verde, revelando-se uma abordagem prospetiva de transformações a consolidar a nível político e na cultura científica e pedagógica das instituições que, demarcando-se dos paradigmas hegemónicos, tenham como horizonte que “África possa produzir e difundir conhecimento de si e para si” e que, no respeito por esta diversidade, participe do esforço da humanidade para o aprofundamento do conhecimento sobre o mundo em que vivemos.

Teresa Medina, João Caramelo e Alexandra Sá Costa